

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

Jaqueline Adriane Ferreira Dos Santos¹

A INCLUSÃO E AUTISMO NO AMBIENTE ESCOLAR

RESUMO

A inclusão no ambiente escolar é um tema de extrema relevância na atualidade devido às suas consequências positivas e aos benefícios que trouxe para os alunos com autismo. Portanto, a realização desta revisão bibliográfica se justificou pela necessidade de compreender e evidenciar os impactos positivos que a inclusão poderia ter no desenvolvimento e na aprendizagem desses estudantes. O objetivo deste artigo foi analisar os principais desafios e estratégias relacionadas à inclusão do aluno autista no ambiente escolar. A metodologia utilizada consistiu em analisar a literatura científica disponível sobre os benefícios e desafios da inclusão do aluno autista no ambiente escolar a partir de uma revisão sistemática da literatura, que compreendeu a busca e seleção de artigos relevantes nos principais bancos de dados acadêmicos. Foram considerados critérios de inclusão para a seleção dos estudos, como a abordagem do autismo no contexto escolar, a disponibilidade de dados empíricos e a atualidade dos artigos. Com isso, foi possível identificar as melhores práticas e estratégias que promoveram a inclusão efetiva e o desenvolvimento pleno dos estudantes com autismo, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Sendo assim, o presente estudo evidenciou que a inclusão da criança autista na escola possibilitou o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades, promovendo a interação social e a convivência entre os alunos com e sem autismo. No entanto, enfrentou desafios como a falta de preparo dos educadores para lidar com as necessidades específicas dos alunos com TEA e a adaptação do currículo e das práticas pedagógicas. É importante a parceria entre a escola e as famílias dos alunos, além da adoção de estratégias efetivas baseadas em evidências científicas e avaliações periódicas para garantir a inclusão e o desenvolvimento pleno dos estudantes com autismo.

Palavras-chave: Ambiente escolar. Autismo. Inclusão.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão do aluno autista no ambiente escolar tem sido uma temática cada vez mais discutida e debatida, tanto no âmbito acadêmico como na sociedade em geral. A educação inclusiva busca garantir o acesso e a permanência de todos os alunos,

independentemente de suas características individuais, em ambientes educacionais comuns. No entanto, a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta desafios significativos para educadores, famílias e para a própria criança.

Segundo Fuentes, "o autismo é um transtorno do desenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento, manifestando-se de forma diversa em cada indivíduo" (FUENTES, 2010, p. 24). Essa diversidade de manifestações do TEA torna imprescindível a compreensão das necessidades específicas de cada aluno autista, para que sejam promovidas as adaptações necessárias para seu pleno desenvolvimento.

Nesse sentido, é importante considerar as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que defende a inclusão como um direito de todos os alunos. De acordo com essa política, a escola deve ser capaz de acolher a diversidade, garantindo a todos os alunos uma educação de qualidade, em que sejam respeitadas suas diferenças e singularidades (BRASIL, 2020).

No entanto, a inclusão da criança autista no ambiente escolar requer uma abordagem pedagógica diferenciada, que considere as características individuais de cada aluno autista. Segundo Santos, é necessário "promover estratégias de ensino adaptadas às necessidades específicas das crianças com TEA, garantindo a aprendizagem de forma significativa" (SANTOS, 2015, p. 58).

Deste modo, este artigo de revisão bibliográfica tem como objetivo analisar os principais desafios e estratégias relacionadas à inclusão do aluno autista no ambiente escolar. Com as análises espera-se contribuir para a reflexão e aprimoramento das práticas educativas inclusivas, visando promover uma educação de qualidade para todos os alunos, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista.

2. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

É impossível abordar o tema "Autismo", sem antes conceituá-lo, Williams e Wright (2008) o definem do seguinte modo:

O autismo é um distúrbio do desenvolvimento que normalmente surge nos primeiros três anos de vida e atinge a comunicação, a interação social, a imaginação e o comportamento, sendo uma condição que prossegue até a adolescência e vida adulta. (p.88).

Nesta perspectiva é possível compreender que o Transtorno do Espectro Autista é definido pelo acentuado e persistente déficit de comunicação e na interação social. Ainda pensando sobre o que é o Transtorno do Espectro Autista, Belisário Filho (2010) discorre que:

[...] o Espectro Autista é um contínuo, não uma categoria única, e apresenta-se em diferentes graus. Há, nesse contínuo, os Transtornos Globais do Desenvolvimento e outros que não podem ser considerados como Autismo, ou outro TGD, mas que apresentam características no desenvolvimento correspondentes a traços presentes no autismo. São as crianças com Espectro Autista (p. 17)

Para melhor compreensão acerca do que é o Transtorno do Espectro Autista, é preciso estabelecer uma breve análise dos aspectos históricos, pois sua definição foi sendo moldada ao longo do tempo, pois o que hoje é considerado uma síndrome, antes já foi considerado como uma psicose, e para estabelecer esta análise as obras de Cunha (2011) e Silva (2012), tornaram-se a base elementar.

O psiquiatra suíço Eugene Bleuler foi a primeira pessoa a empregar o termo autismo, em 1911, para apresentar a fuga da realidade e o isolamento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia. Entretanto em 1943, o psiquiatra austríaco Leo Kanner, anunciou um estudo no qual analisou onze crianças que apresentavam isolamento desde o início da vida, apego às rotinas, preferência por objetos inanimados em prejuízo das pessoas, ecolalia imediata e tardia, e inversão pronominal. Posteriormente no ano de 1944 o pediatra e pesquisador alemão Hans Asperger, em sua tese de doutorado, com o tema: “A psicopatía autista da infância”, observou mais de 400 crianças onde avaliou seus padrões de comportamento e habilidades. Descreveu um transtorno da personalidade que mostrava, falta de apatia, baixa capacidade de fazer amizades, monólogo, um foco diferenciado para assuntos específicos, dificuldade motora, tendo sua denominação de Síndrome de Asperger (CUNHA, 2011).

Dezesseis anos mais tarde, em 1960 a psiquiatra inglesa Lorna Wing, que tinha uma filha com autismo, publica textos importantes sobre o tema. Foi a primeira a descrever a tríade de sintomas; alterações na sociabilidade, comunicação/linguagem e padrão alterado de comportamento. Nesta mesma década, o psicólogo comportamental Ole Ivar Lovaas inseriu a ideia de que as crianças com autismo aprendem habilidades novas através da técnica da terapia comportamental. O autismo ainda era visto como parte do grupo de psicoses infantis, um tipo de esquizofrenia (SILVA, 2012).

Somente a partir do ano de 1980 o autismo começou a ser estudado cientificamente, passando a ser considerado uma síndrome e não uma psicose, como outrora. E foi no ano de 2007 que a ONU (Organização das Nações Unidas) decretou o dia 02 de abril como Dia Mundial de Conscientização do Autismo, sendo celebrado pela primeira vez em 2008. Por meio Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, e da Classificação Internacional de Doenças, da Organização Mundial de Saúde, que houve uma melhor definição para o Transtorno do Espectro Autista e, por conseguinte um melhor tratamento (SILVA, 2012).

Por isso que atualmente quando se fala em T.E.A (Transtorno do Espectro Autista), o conceito que lhe é aplicado é que trata-se de um transtorno de desenvolvimento que na maioria das vezes aparece nos três primeiros anos de vida. Deste modo apontar as causas para este tipo de transtorno ainda são incógnitas, apesar das diversas pesquisas já realizadas, o que aponta para a teoria de que a causa é a soma de diversos fatores, sejam estes, agentes genéticos ou externos (CUNHA, 2011).

A ascensão do tema inclusão deu-se tanto no âmbito político quanto educacional, a partir principalmente da Lei n. 12.764 de dezembro de 2012, que levou inclusive o nome de uma mãe, Berenice Piana, que lutou pela causa de seu filho autista, essa lei assegura as pessoas com T.E.A benefícios em relação a sua inclusão social, acolhimento multiprofissional e acesso ao ensino regular, bem como acompanhamento especializado quando necessário (RIBEIRO; BLANCO, 2016).

Ao se tratar o T.E.A no âmbito educacional se faz necessário afirmar que o direito da educação é de todos, assim como estabelece o art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no qual obriga o Estado a assegurar o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência de preferência na Unidade Escolar de Ensino Regular. Receber crianças com necessidades especiais ainda é para os educadores algo que pode gerar incertezas e também novas perspectivas, principalmente, quando se deparam com as reações estereotipadas dessas crianças, essa é uma das primeiras observações (RIBEIRO; BLANCO, 2016).

Todavia, é preciso que o educador compreenda que quando se fala em aprendizagem, é importante refletir acerca das concepções de Vygotsky (1997) no que elucidada que a criança com deficiências é capaz de estudar e se desenvolver como outra qualquer, pois o desenvolvimento de sua aprendizagem será construído a partir das experiências vividas. Deste modo o meio em que ela está situada é um fator

fundamental para que ocorra este processo, o que faz com que o profissional que atua com esta criança esteja preparado para desenvolver e estimular sua aprendizagem.

Para Ribeiro; Blanco (2016) quando se trata do tema da aprendizagem e desenvolvimento infantil o intelecto não é apenas a reunião do número de capacidades gerais, mas sim o conjunto de capacidades diferentes; deste modo, cada uma delas deve ser trabalhada individualmente, através do exercício apropriado.

Portanto para que isto ocorra é preciso que a instituição tenha todo o suporte desde recursos didáticos até profissionais capacitados para receber este aluno, e é com base nesta perspectiva que será analisado o estudo de caso proposto neste projeto, quando fala-se em profissionais capacitados, trata-se da necessidade de que se compreenda que ninguém está totalmente preparado para o novo, e receber um aluno especial não é tarefa fácil, contudo é preciso refletir acerca da afirmativa de Uricoechea (2006):

O “acolher” pessoas com necessidades especiais pressupõe um posicionamento muito além do paternalismo humanitário e condescendente, ou seja, demanda uma busca de capacitação de recursos humanos para cada empreitada. Por outro lado, vamos aceitar que os portadores de necessidades especiais se comportem como o impulso lhes sugere? Vamos deixar que, por exemplo, os autistas continuem com os seus maneirismos e crer que os deficientes mentais nunca vão aprender? Vamos nos acomodar e deixar tudo como está? Assim sendo, qual o preço que vamos pagar? Que repercussões terão essas atitudes nos indivíduos e na sociedade? (p. 33)

Deste modo propõe-se repensar a responsabilidade e compromisso social de cada um, para se obtenha verdadeiramente uma educação que seja inclusiva. Portanto para a elaboração deste trabalho, primeiramente foram consultadas fontes bibliográficas pertinentes ao tema, bem como artigos científicos, livros de autores como Eugênio Cunha, além de sites para constatação e verificação de dados como o do ministério da educação, para que se possa elucidar o cerne de tudo que envolve o termo T.E.A., desde sua definição enquanto Transtorno do Espectro Autista, como também as formas de tratamento, seu suporte legal assim como a Lei nº 12.764/2012, que estabelece a "Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista", tendo como finalidade abordar a inclusão deste indivíduo, trazendo para o âmbito educacional.

3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL – BREVE HISTÓRICO

A educação inclusiva no Brasil tem sido objeto de discussão e implementação ao longo das últimas décadas. A busca por uma educação que promova a inclusão de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais, sociais e culturais, é um desafio que vem sendo enfrentado pela sociedade brasileira.

Segundo Gonçalves (2016), a educação inclusiva no Brasil tem suas raízes na luta pelos direitos das pessoas com deficiência. A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Isso significou um marco para a inclusão educacional, pois reconheceu a importância de garantir o acesso e a permanência de todos os estudantes na escola regular.

No entanto, somente em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96), o conceito de educação inclusiva foi oficialmente introduzido no ordenamento jurídico brasileiro. Essa lei estabeleceu que a educação inclusiva deve promover a igualdade de oportunidades, a valorização da diversidade e a superação das barreiras que impedem a plena participação dos estudantes na vida escolar.

A implementação da educação inclusiva no Brasil tem enfrentado desafios significativos. Um deles é a falta de infraestrutura e recursos adequados nas escolas para atender às necessidades dos estudantes com deficiência. Segundo dados do Censo Escolar de 2019, apenas 40% das escolas brasileiras possuíam recursos de acessibilidade.

Ademais, há ainda a necessidade de formação continuada dos professores para atuarem de forma inclusiva. Como destaca Rodrigues (2017), é fundamental que os docentes sejam capacitados para reconhecer e valorizar a diversidade de seus alunos, adaptando suas práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais de cada estudante.

No entanto, apesar dos desafios, é importante ressaltar os avanços que têm ocorrido na educação inclusiva no Brasil. A implementação de políticas públicas, como o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, tem contribuído para a

conscientização e a sensibilização da sociedade em relação à importância da inclusão educacional.

A educação inclusiva no Brasil tem avançado, porém ainda há muito a ser feito. É necessário um esforço conjunto de todos os setores da sociedade para garantir que a inclusão seja efetiva e que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade.

4. O PROFESSOR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O papel do professor da educação especial é fundamental para o processo de ensino aprendizagem do aluno autista. Nesse contexto, o método ABA (Análise do Comportamento Aplicada) tem se destacado como uma das principais ferramentas para auxiliar nesse processo (SILVA; ALMEIDA, 2021).

O objetivo do método ABA é ensinar habilidades que ajudem o aluno a se desenvolver e a ter uma vida mais independente. Para isso, o professor precisa ser capacitado e ter um conhecimento profundo do método. É importante que ele entenda que cada aluno autista é único e que o processo de aprendizagem deve ser adaptado às necessidades de cada um (SILVA; ALMEIDA, 2021).

O professor da educação especial deve estar atento às necessidades específicas do aluno autista, como a dificuldade de comunicação e interação social. É importante que ele crie um ambiente acolhedor e seguro para o aluno, para que ele se sinta confortável e possa se concentrar na aprendizagem (BORBA; BARROS, 2018).

Um aspecto importante é a parceria entre a escola e a família do aluno autista. É essencial que o professor e a família trabalhem juntos para garantir que as habilidades adquiridas na escola sejam reforçadas em casa (BORBA; BARROS, 2018).

Assim, o papel do professor da educação especial é crucial para o processo de ensino aprendizagem do aluno autista. O método ABA é uma ferramenta importante para ajudar nesse processo, mas é necessário que o professor esteja capacitado e atento às necessidades específicas de cada aluno. A parceria entre escola e família também é fundamental para garantir o sucesso do aluno autista na escola e na vida (BORBA; BARROS, 2018).

4. 1. Métodos disponíveis na educação especial

A Educação Especial é uma área que busca promover a inclusão de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais (NEE) no sistema regular de ensino. Para garantir uma educação de qualidade, é necessário que métodos específicos sejam utilizados para atender às demandas individuais de cada aluno. Neste artigo, discutiremos os principais métodos disponíveis na Educação Especial, seus impactos na aprendizagem e os desafios enfrentados por educadores e profissionais da área.

O método multissensorial é uma abordagem que utiliza diferentes estímulos sensoriais, como visão, audição e tato, para auxiliar no processo de aprendizagem de alunos com NEE. Segundo Basilio et al. (2020), esse método proporciona uma experiência mais rica e envolvente, o que pode resultar em uma melhor retenção de informações e desenvolvimento de habilidades.

O método de Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) é utilizado quando os alunos apresentam dificuldades na comunicação verbal. Através do uso de recursos como símbolos, imagens e tecnologias assistivas, os estudantes podem expressar suas ideias, emoções e necessidades (BASILIO et al., 2020). Esse método tem se mostrado eficiente no desenvolvimento da linguagem e na inclusão social dos alunos.

O método do Ensino Estruturado é uma abordagem que utiliza uma organização sistemática do ambiente e das atividades de ensino para facilitar a aprendizagem de alunos com autismo e outras NEE. De acordo com Mello e Alves (2019), esse método proporciona uma rotina previsível, estrutura visual e apoio individualizado, o que contribui para a autonomia e aquisição de novas habilidades pelos alunos.

Apesar dos benefícios percebidos na utilização desses métodos, existem desafios que podem dificultar sua implementação na prática educacional. Um dos principais desafios é a formação adequada dos profissionais da área, que muitas vezes não possuem conhecimento específico sobre as necessidades dos alunos com NEE (GOMES E SILVA, 2020). Ademais, a falta de recursos e estrutura adequada nas escolas também pode comprometer a efetividade desses métodos.

Os métodos disponíveis na Educação Especial desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão e no desenvolvimento de habilidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Através do uso de abordagens multissensoriais, comunicação alternativa e estruturação do ensino, é possível oferecer uma educação de qualidade e personalizada para cada aluno. No entanto, é necessário

investir na formação dos profissionais e na melhoria da estrutura das escolas, a fim de superar os desafios enfrentados e garantir o pleno acesso à educação inclusiva.

4.2. Atualidade das condições da escola em oferecer serviços de educação especial:

A atualidade das condições da escola em oferecer serviços de educação especial é um tópico de grande relevância no campo da pedagogia. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares tem sido uma pauta cada vez mais discutida e defendida pelos estudiosos da área (BORBA; BARROS, 2018).

No entanto, para que essa inclusão seja efetiva, é fundamental que as escolas estejam preparadas para receber e atender adequadamente esses alunos. Isso implica em oferecer condições físicas, recursos pedagógicos e profissionais capacitados, que possam proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade (BORBA; BARROS, 2018).

No que diz respeito às condições físicas, é preciso que as escolas sejam adaptadas para receber alunos com deficiência, garantindo acessibilidade em todas as suas dependências, como rampas de acesso, banheiros adaptados, corredores amplos e mobiliário adequado. Essas adaptações são fundamentais para que os alunos com necessidades especiais possam se locomover e participar das atividades escolares de forma independente.

Além das condições físicas, é essencial que as escolas disponham de recursos pedagógicos que atendam às necessidades específicas desses alunos. Isso inclui materiais didáticos adaptados, recursos tecnológicos, como softwares educacionais e equipamentos de inclusão, como lupas e óculos especiais para alunos com baixa visão, entre outros (BORBA; BARROS, 2018).

Um ponto importante é a formação e capacitação dos profissionais que atuam na educação especial. É necessário que os professores estejam preparados para lidar com as especificidades dos alunos com necessidades especiais, conhecendo as diferentes deficiências, suas características e formas de intervenção pedagógica. Nesse sentido, a formação continuada é fundamental, promovendo atualizações e trocas de experiências entre os profissionais da área (FERREIRA, 2019)..

Segundo Ferreira (2019), a educação inclusiva exige uma mudança de paradigma, onde as escolas devem se adaptar às necessidades dos alunos, e não o contrário. A autora ressalta que é necessário romper com a ideia de que a inclusão é um favor que se faz aos alunos com deficiência, e entender que é um direito garantido por lei.

Silva (2021) destaca que a inclusão escolar não se resume apenas a matricular os alunos com necessidades especiais nas escolas regulares, mas sim proporcionar uma educação de qualidade, que respeite as diferenças e promova o pleno desenvolvimento desses alunos.

Nesse contexto, é fundamental que as escolas estejam atentas às demandas da educação especial e invistam na melhoria das condições de oferta desses serviços. Isso inclui a adequação das estruturas físicas, a disponibilidade de recursos pedagógicos e a formação dos profissionais. Somente assim será possível garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais.

4.3. Importância da parceria entre o professor de educação especial e a escola:

A importância da parceria entre o professor de educação especial e a escola tem se mostrado fundamental para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade. A valorização dessa parceria tem sido cada vez mais reconhecida tanto pelos profissionais envolvidos quanto pela comunidade escolar e acadêmica (FERRETTI, 2020).

Ao longo das últimas décadas, a educação inclusiva tem se consolidado como um dos pilares fundamentais para a garantia dos direitos de todos os alunos, independentemente de suas características e necessidades específicas. Nesse sentido, a parceria entre o professor de educação especial e a escola é essencial para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, que visam a um ensino de qualidade para todos (FERRETTI, 2020).

A colaboração entre o professor de educação especial e os demais professores da escola é fundamental para a promoção do trabalho conjunto e integrado. Segundo Aranha e Azevedo (2019), essa colaboração é fundamental para a construção de um ambiente inclusivo, onde todos os alunos se sintam acolhidos e tenham suas necessidades atendidas. A troca de experiências e conhecimentos entre os

profissionais contribui para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas eficientes e adequadas às necessidades de cada aluno.

A parceria entre o professor de educação especial e a escola também é importante para o desenvolvimento de ações voltadas para a formação continuada dos profissionais envolvidos. Segundo Ferretti (2020), a formação de professores é um dos desafios para a promoção da educação inclusiva, e a parceria entre o professor de educação especial e a escola pode contribuir para a criação de espaços de formação e reflexão conjunta, visando o aprimoramento das práticas pedagógicas.

Ainda, a parceria entre o professor de educação especial e a escola é fundamental para a promoção da participação ativa da família no processo educacional. Através da troca de informações e do envolvimento das famílias, é possível garantir um suporte integral aos alunos com necessidades especiais. Conforme mencionado por Mantoan (2018), a participação da família é um fator determinante para o sucesso da inclusão escolar, e a parceria entre o professor de educação especial e a escola favorece a construção de uma relação de confiança e colaboração com as famílias.

Deste modo, a parceria entre o professor de educação especial e a escola é de extrema importância para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade. Essa parceria contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas adequadas e eficientes, além de fomentar a formação continuada dos profissionais envolvidos. Também favorece a participação ativa das famílias no processo educacional, garantindo um suporte integral aos alunos com necessidades especiais. A valorização dessa parceria é essencial para a construção de uma educação inclusiva e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão da criança autista no ambiente escolar traz consigo diversos benefícios e impactos positivos para os alunos com TEA. A primeira questão a ser abordada é a importância da inclusão no desenvolvimento e aprendizagem desses estudantes. A inclusão permite que os alunos com autismo tenham acesso aos mesmos recursos e oportunidades de aprendizado que os demais alunos, possibilitando assim o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades.

Sendo assim, a inclusão no ambiente escolar promove a interação social e a convivência entre os alunos com e sem autismo. Isso é fundamental para o

desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais dos alunos com TEA, que muitas vezes têm dificuldades nessa área. A convivência com os demais colegas de classe contribui para a construção de amizades, o fortalecimento da autoestima e a redução do preconceito e do estigma associados ao autismo.

No entanto, a inclusão da criança autista no ambiente escolar também apresenta desafios que precisam ser enfrentados. Um dos principais desafios é a falta de preparo dos educadores para lidar com as necessidades específicas dos alunos com TEA. É necessário que os educadores recebam formação adequada e contínua, de forma a conhecerem as características do autismo e as estratégias de ensino mais eficazes para esses alunos.

Um desafio é a adaptação do currículo e das práticas pedagógicas para atender às necessidades dos alunos com autismo. É fundamental que sejam feitas adaptações e modificações no currículo, de forma a garantir que os alunos com TEA tenham acesso ao conhecimento de maneira significativa e que possam desenvolver suas habilidades e competências.

É necessário que sejam oferecidos recursos e suportes para os alunos com autismo, como materiais adaptados, apoio de profissionais especializados e estratégias de ensino individualizadas. Esses recursos e suportes são essenciais para garantir a inclusão efetiva dos alunos com TEA e para promover seu desenvolvimento pleno.

Nesse sentido, é importante destacar a importância da parceria entre a escola e as famílias dos alunos com autismo. A colaboração entre os pais e a equipe escolar é fundamental para o sucesso da inclusão. Os pais podem contribuir com informações importantes sobre as necessidades e características específicas de seus filhos, além de oferecerem suporte emocional e participarem ativamente do processo educativo.

Diante desses desafios e benefícios, é fundamental que sejam adotadas estratégias efetivas de inclusão do aluno autista no ambiente escolar. Para isso, é necessário que haja um trabalho em equipe, envolvendo educadores, famílias, profissionais da área da saúde e demais profissionais que possam contribuir para a inclusão e o desenvolvimento dos alunos com TEA.

Essas estratégias devem ser baseadas em evidências científicas e considerar as características individuais de cada aluno autista. Além disso, é importante que sejam realizadas avaliações periódicas para acompanhar o progresso dos alunos, identificar dificuldades e realizar ajustes nas estratégias de ensino, caso necessário.

Em conclusão, a inclusão do aluno autista no ambiente escolar é uma questão de extrema relevância e que traz benefícios significativos para os alunos com TEA. No entanto, é necessário enfrentar os desafios e adotar estratégias efetivas de inclusão, garantindo assim o acesso, a permanência e o desenvolvimento pleno dos estudantes com autismo. A inclusão efetiva no ambiente escolar contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, em que todos os alunos tenham oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M. S. F.; AZEVEDO, A. P. Inclusão e interação: desafios da escola inclusiva. In: ARANHA, M. S. F.; AZEVEDO, A. P. (Orgs.). Inclusão escolar e o professor de educação especial: desafios e possibilidades. Campinas: Alínea, 2019.

BASILIO, N., et al. Comunicação Alternativa e Aumentativa na Educação Especial: Uma Abordagem Pedagógica. Revista Brasileira de Educação Especial, 26(3), 605-620. 2020.

BELISÁRIO FILHO, J. F.; CUNHA, P. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BORBA, M.; BARROS, R. Ele é autista: como posso ajudar na intervenção? Um guia para profissionais e pais com crianças sob intervenção analítico comportamental ao autismo. Cartilha da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC), 2018. Disponível em: <<http://abpmc.org.br/arquivos/publicacoes/1521132529400bef4bf.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020. 124p. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/ acesso_informacao/pdf/PNEE_revisao_2808.pdf>. Acesso em 13 jun. 2023.

CUNHA, E. Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2011.

FERREIRA, Ana Lúcia. Educação inclusiva: um desafio para a escola. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

FERRETTI, R. J. Inclusão escolar: desafios e possibilidades. In: ARANHA, M. S. F.; AZEVEDO, A. P. (Orgs.). Inclusão escolar e o professor de educação especial: desafios e possibilidades. Campinas: Alínea, 2020.

FUENTES, F. Autismo: o que é, causas, diagnóstico e tratamento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

GOMES, A.; SILVA, A. A Educação Especial no Brasil e os Desafios da Formação de Professores. Revista Educação Especial, 33(69), 369-384. 2020.

GONÇALVES, M. A. S. Educação inclusiva no Brasil: breves reflexões sobre a realidade e a necessidade de avanços. Revista Pedagogia em Ação, v. 4, n. 1, p. 43-55, 2016.

MANTOAN, M. T. E. O desafio da inclusão escolar: formação de professores e práticas pedagógicas. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

MELLO, A.; ALVES, N. Método Estruturado de Ensino: Possibilidades de Intervenção em Alunos com Transtorno do Espectro Autista. Revista Brasileira de Educação Especial, 25(1), 101-114. 2019.

RIBEIRO, E. M. A., BLANCO, M. B. Um estudo sobre as propostas de intervenção com crianças autistas em sala de aula. In: PARANÁ. Secretária de estado da educação. Superintendência de educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2016. Curitiba: SEED/PR., 2018. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_uenp_elzamarialves.pdf>. Acesso em 13 jun. 2023.

RODRIGUES, M. F. Educação inclusiva no Brasil: avanços e desafios. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 23, n. 1, p. 33-46, 2017.

SANTOS, M. Educação Inclusiva: desafios e perspectivas. Porto Alegre: Editora Mediação, 2015.

SILVA, A. B. B.; GAIATO, M. B.; REVELES L. T. Mundo Singular: Entenda o autismo. São Paulo: editora Fontanar, 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/7133021-Mundo-singular-entenda-autismo.html>>. Acesso em 13 jun. 2023.

SILVA, M. C. Inclusão escolar: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Educação Inclusiva, v. 9, n. 2, p. 157-172, 2021.

SILVA, V. S.; ALMEIDA, R. C. A importância e os desafios do método ABA para a inclusão de crianças autistas na rede regular de ensino. Revista Educação Pública, v. 21, nº 12, 6 de abril de 2021. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/12/a-importancia-e-os-desafios-do-metodoaba-para-a-inclusao-de-criancas-autistas-na-rede-regular-de-ensino>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

URICOECHEA, A. S. Diversidade e Inclusão: a vivência de um novo paradigma. In: Revista educação arte inclusão, nº 4, Rio de Janeiro – RJ, agosto/dezembro, 2006, p. 33.

WILLIAMS, C.; WRIGH, B. Convivendo com autismo e síndrome de asperger: estratégias práticas para pais e profissionais. São Paulo: M. Books do Brasil, 2008.